

3

A Escola a partir da sua documentação: estrutura, desenvolvimento e currículo.

3.1. Organização administrativa.

Tendo em vista a inserção da Escola na ampla rede assistencial da FACR, voltada para a formação profissional de “menores desvalidos”, será necessária uma breve análise do funcionamento geral desta Fundação. A administração da Fundação definia as principais diretrizes das escolas que a constituíam. Portanto, sua organização administrativa é profundamente marcada por um sistema de fluxo social, econômico e cultural próprio da FACR. Neste aspecto, alguns relatórios administrativos e contábeis, assim como o regulamento das escolas profissionais da FACR, serão importantes instrumentos na construção de nossa exposição. Eventualmente, lançaremos mão de alguns depoimentos que possam dar maior densidade a este enfoque.

Conforme apresentamos em anexo no capítulo 1, a Fundação era composta por diversas unidades assistenciais. Elas tinham como finalidade dar assistência religiosa, moral, material, no caso dos mendigos, além de educativa para os menores. Tinham perfis diferenciados, com tipos de formação e produção diferentes, entretanto suas atividades se articulavam havendo troca de experiências, produtos, alunos e funcionários entre si. Isto pode ser claramente observado a partir dos relatórios, que bastante minuciosos, expõe essa dinâmica.

O formato dos relatórios tem uma disposição padronizada para todos os anos, constando uma introdução com a palavra de um conselheiro ou diretor da fundação, se referindo a ela como um todo e destacando especificamente alguma instituição, se necessário. No geral, os itens seguintes são sempre os mesmos, com uma parte dedicada a cada unidade. Também é destacado o movimento financeiro da FACR que relaciona as despesas, receitas e contribuições. Essas informações se mostraram relevantes para a pesquisa por indicarem números relativos à produção de cada internato, entrada e saída de crianças e outras informações da operacionalização interna, que nos permitiram vislumbrar o papel que a ETDV desempenhava neste sistema. Faremos uma abordagem qualitativa dos relatórios, no sentido de analisar os discursos contidos nos mesmos e, também, para tentar traçar um certo perfil da Fundação, citando partes que nos possibilitem oferecer um esboço

dos principais elementos que caracterizavam sua organização administrativa. Eles serão citados em ordem cronológica para propiciar a familiarização com a evolução das respectivas mudanças administrativas ao longo do tempo.

Organização econômica

Iniciamos com o Relatório de 1941, quando a instituição ainda era denominada como Abrigo do Cristo Redentor. Neste relatório Hélión Póvoa, presidente do Abrigo naquela época, relata com entusiasmo o quadro geral, afirmando que a obra vinha sucedendo num ritmo confortador e que ela representava um fato único na história da assistência do país. Naquele momento ele referia-se as seguintes unidades que a compunham: Abrigo do Cristo Redentor, Instituto Profissional Getúlio Vargas, Aprendizado Agrícola de Sacra Família e a recente Escola Técnica Darcy Vargas.

O relator considera que, naquele ano, o balanço apresentado à Assembléia é um símbolo de vitória e que a eficiência das unidades se deve em grande parte à “generosidade do povo brasileiro”. A Escola de Pesca Darcy Vargas só passaria a se chamar Escola Técnica Darcy Vargas no ano seguinte, no entanto, Hélión Póvoa já se refere a ela com o segundo nome. A ETDV ganhou destaque neste relatório, sendo citada como uma grandiosa obra, sendo construídos no primeiro ano: ponto de atracação, estaleiro, usina, maquinário, oficinas, frigorífico, ponte e outros.

As caixas de esmolas, espalhadas em vários estabelecimentos comerciais da cidade, eram muito importantes, constituindo uma das maiores fontes de recursos do Abrigo (sociedade civil), tinha uma parte do relatório de 1941 dedicada somente à descrição de seus números. A maior parte da receita tinha origem nos Ministérios da Agricultura, Educação e Saúde e Prefeitura do Distrito Federal. O restante, provinha de diversas campanhas financeiras. Para não sermos exaustivos nesta exposição, as despesas deste relatório, assim como de outros relatórios, serão anexadas a este trabalho. Entretanto, podemos adiantar que a despesa é bastante abrangente, constando vestuário, alimentação, mobiliário, ferramentas e muitas outras coisas.

No relatório são feitos agradecimentos, em especial para o presidente Getúlio Vargas e sua esposa (pela ajuda material e interesse dispensado) e aos ministros Guilhem e Capanema (por atenderem aos interesses da nação). A lista segue agradecendo, no sentido

geral, às pessoas da magistratura, polícia, professorado, industriais e comerciantes. O relator Hélión Póvoa descreve todos estes como colaboradores com vontade própria, mas principalmente como executores do espírito apostolar de Levy Miranda, que os teria contagiado.

O trecho sobre o Instituto Profissional Getúlio Vargas, destaca a atenção voltada para o ensino técnico profissional, e o caracteriza como local de preparação de artífices e não de técnicos de formação profissional requintada. Seu método de internação dos menores privilegia os órfãos ou aqueles em extrema situação de pobreza. Tal método é colocado como problema de difícil resolução, já que a grande procura teria obrigado a direção a retirar quarenta e quatro meninos da jornada educativa, por precisarem menos do Instituto. Este ponto é colocado como da maior relevância administrativa, chegando a ser formada uma comissão para resolver o problema visto como de injustiça social. Ao Rodolfo Fuchs e Maria da Glória Ferreira é atribuída grande importância pelo sucesso do ensino profissional, que teve a expansão das oficinas, com a alfaiataria produzindo em maior número neste ano para o Abrigo de Bonsucesso, para o próprio Instituto Getúlio Vargas e para a ETDV. A produção do setor agrícola ficava em torno de onze mil quilos de batata doce, trinta e cinco mil bananas, dez mil toneladas de hortaliças com duas mil árvores frutíferas plantadas. Sobre o movimento religioso eram registrados o número de missas, pregações, batizados, catequeses e professores de religião.

No Abrigo de Bonsucesso a produção era principalmente de charutaria, sapataria, colchoaria, carpintaria, mecânica, costura, trabalhos manuais, lavanderia, lavoura e estábulo. Em 1941, a entrada de homens (maioria) e mulheres triplicou em relação ao ano anterior.

No documento o termo Abrigo também se refere à sociedade civil, que teve considerável aumento da receita, mas ela foi muito inferior às despesas da instituição, que teve grandes gastos com construções, sobretudo da Escola de Pesca. Contudo, Póvoa argumenta que as despesas não podem ser reduzidas para diminuir o déficit, por tratar-se de uma obra assistencial irrestrita. Diante do crescimento do número de necessitados, só restaria como saída o aumento das receitas, acrescentando ainda que esta situação não deve preocupá-los, pois não são administradores de uma sociedade comercial ou industrial e que devem continuar confiando na providência divina e na ação infatigável de Levy Miranda.

Diante do que foi exposto para o ano de 1941, podemos fazer breves considerações. Começando pelo tom ufanista da obra assistencial, que também verificamos em vários documentos produzidos pela própria Fundação, desde o tempo que era uma sociedade civil denominada de ACR, como por exemplo, uma edição comemorativa dos 25 anos e o regimento interno da ETDV, que segirão em anexo. Essa característica, de celebração através do discurso sobre si mesmos, é constante na documentação produzida internamente, culminando, inclusive, com a biografia sobre Levy Miranda, que é o maior exemplo de exaltação dos diretores e do idealizador da obra assistencial que promoviam. Os agradecimentos ao presidente Vargas e seus ministros, às autoridades e aos comerciantes e industriais, nos revelam a importância dos mesmos para o funcionamento da instituição. Ao mesmo tempo em que o relatório diz que o balanço é positivo, também aponta dificuldades financeiras, pois apesar da produção das escolas se mostrar bastante significativa, estava longe de cobrir as despesas. Outro ponto que nos chamou atenção é que a saída para o problema é depositada na capacidade de articulação de Levy Miranda para aumentar a receita.

De certa forma, todos os relatórios demonstram esta tendência na administração, ou seja, crescimento constante da obra assistencial para atender a demanda, baseada principalmente em verbas do Estado e contribuições da sociedade. A criação da Escola de Pesca representa um grande exemplo desta expansão, contribuindo para o aumento das despesas, sobretudo na fase de construção, mas que posteriormente se converte em importante unidade geradora de recursos oriundos da indústria da pesca. Todavia, ela também viria a sucumbir diante das dificuldades financeiras. Nas palavras de Hélio Povoá:

É a subversiva mas triunfadora doutrina econômica de Levy, do ‘não ter, para ter mais’. Mal foram solvidos os compromissos de construção do Instituto, quando suponhamos galgada a meta final, esgotados os recursos angariados e novo plano surge grandioso: A Escola Técnica Darcy Vargas. Lá então as construções assumiram proporções gigantescas. (FACR, 1941, p. 5)

Uma das entrevistas realizadas nos informa de detalhes do contexto administrativo da Escola. Na entrevista com o Seu Vitorino, que entrou em 1952 na Fundação, como mestre de pecuária da Escola de Lavradores e Vaqueiros em Santa Cruz, nos foi relatado que:

Nós tinha aqui o laticínio que produzia uma média de 10 mil litros de leite por dia, nós tinha 400 vaca estabulada, sendo que aqui tinha um dinamarquês, primeiramente

que trabalhava fazendo manteiga pasteurizando leite. Nós tinha aqui uma rede d'água que vinha lá de São Francisco aqui pra escola. Nós tinha uma média de 550 alunos internos, agora os alunos interno que tinha aqui dentro saía tudo profissional mecânico, torneiro, eletricista e entendia muito bem também de pecuária. (...) aqui dentro produzia a carne pro consumo da escola, produzia a carne de porco, só a galinha que vinha da cidade dos menino, aqui tinha os navio de pesca da Marambaia que pescavam, o pescado também vinha de Marambaia pra aqui. Então, ia manteiga pra lá e o peixe vinha pra cá. (sic)

Como demonstra Seu Vitorino, as obras assistenciais da Fundação constituíam um circuito de trocas próprio, com intenção de autonomização econômica, além de exercerem influência nas regiões em que estavam situadas, gerando fluxo econômico e de profissionais em vários ofícios. Neste caso, a Escola de Lavradores e Vaqueiros era a unidade mais próxima da ETDV, estabelecendo com ela “trocas” de produtos e serviços. Portanto, as unidades assistenciais e educativas tinham um forte perfil de unidades produtivas dirigidas a dois mercados: o mercado interno à própria Fundação e o mercado externo, voltado para a sociedade local ou mesmo regional. Ainda assim, a produção para o mercado não era suficiente para dispensar os constantes aportes governamentais. Assim, o projeto de autarquia elaborado por Levy Miranda, não teria tempo de se consolidar, antes da saída de Getúlio Vargas e o desmantelamento de sua política assistencialista.

De acordo com a visão de Seu Vitorino:

Depois que o Getúlio morreu o Seu Levy ficou meio sem fundo, porque que ele tinha uma verba, mas aí eles cortaram a verba, aí o pessoal começou a produzir pelas plantações, era batata, era aipim, era cana aí era tudo cheio de cana e laranja, mas depois o negócio dos menino foi também fracassando e aí a escola já ficou em decadência e já não podia agüenta tantos garoto. Aí fechou a escola, fechou a escola acabou os menino, aí ficou a escola sem garoto, cidade dos menino ficou também sem garoto, tinha outra escola em Sacra Família, a Marambaia entregou à marinha que era uma grande escola, a fundação tinha 5 navios de pesca e vendia peixe ali na presidente Vargas, o navio ficava encostado ali na 1º de Março. (sic)

Organização Disciplinar

Voltando aos relatórios, o de 1947 apresenta um formato mais estruturado no detalhamento de cada unidade da Fundação. Em seu conjunto, o balanço financeiro continua sendo abordado, mas nota-se um maior detalhamento para cada uma das unidades e são ressaltados muitos aspectos ligados ao padrão de funcionamento de diversas

atividades administrativas, como cursos, matrículas premiações dadas aos alunos, festas e solenidades, matrículas, frequências, movimento religioso, produção, serviço médico, intercâmbio com as escolas e outros. É neste campo que podemos ter acesso também ao papel que a ETDV desempenhou na organização pedagógica das outras unidades da Fundação.

Segundo o relator (não consta autoria), foram detectadas muitas dificuldades de administração interna, ao mesmo tempo em que assinala o ano como produtivo em relação à expansão das instalações e atividades.

Um dos problemas de administração interna, citados no relatório de 1947, discorre sobre o curso de monitores do Instituto Profissional Getúlio Vargas que, naquele ano, dos dez alunos, sete eram da ETDV. A turma foi considerada muito trabalhosa por apresentar problemas disciplinares, sendo estabelecido um estágio obrigatório de cinco meses para os alunos, residindo com o coadjuvante de educação, só assim tendo conseguido a colaboração dos mesmos.

Pelo que consta no histórico contido no Regulamento do Corpo de Monitores da FACR do ano de 1956, o primeiro corpo de monitores foi criado em 1942 na ETDV. A idéia teria partido do então diretor José Ferreira Lima, contando com a colaboração de Pedro Ramos, prefeito da Escola e que tinha feito curso de escoteiro. Uma medida da importância que o Corpo de Monitores teve na organização geral da instituição pode ser tirada do fato do chefe do corpo, no ano de 1943, o aluno Everaldo Lins, ter sido nomeado, 1956, diretor da Fundação. Em 1945 a idéia de um corpo de alunos que auxiliassem os próprios colegas, através do exemplo, não só na parte da disciplina, como nos trabalhos escolares, foi transplantada para as outras escolas da Fundação. Inicialmente os alunos deste corpo eram orientados pelos diretores, mas depois passaram a contar com aulas e palestras que tinham o regulamento como base.

Ainda de acordo com o histórico do regulamento, em 1947 e 1949 foram realizados, respectivamente, o I e II Congresso de Monitores, no Instituto Profissional Getúlio Vargas, que culminaram por fornecer elementos contidos no próprio regulamento. No II Congresso é citada a grande dedicação de Rodolfo Fuchs, que era superintendente do ensino profissional. Naquele congresso ele teria criado o Conselho de Monitores para julgar as faltas cometidas, estabelecendo um sistema de penalidades e punições que deixasse

margem para que posteriormente as faltas dos demais alunos fossem julgadas por um Tribunal Escolar. Foram realizados mais três congressos, em 1953, 1954 e 1955 (na Cidade dos Meninos). Em 1956, o quadro de funcionários do setor disciplinar já era quase todo composto por ex-alunos oriundos do Corpo de Monitores que era considerado, pela diretoria, como uma brilhante agremiação criada na FACR.

Do regulamento, que segue em anexo, gostaríamos de destacar seus artigos 1º e 2º:

Art.1º- Em cada estabelecimento de Ensino da Fundação Abrigo do Cristo Redentor será organizado, anualmente, um corpo de monitores, que funcionará como órgão destinado a estimular e desenvolver entre os alunos, a educação moral e cívica, o verdadeiro sentido da subordinação, e a prática de trabalhos como auxiliares da disciplina e demais setores de atividades escolares.

Art. 2º – O Corpo de Monitores, será constituído, de:

- a- Monitor-chefe;
- b- Sub-monitor-chefe;
- c- monitores;
- d- sub-monitores;
- e- conselho de monitores.

Para efeito de conclusão sobre a administração geral da Fundação, assinalamos que através de seus relatórios ela registrava e mantinha uma constante postura de debate sobre a sua estrutura administrativa, tendo produzido farta documentação da qual tivemos acesso a uma pequena parte. No entanto, esses documentos nos permitiram conhecer as principais características de sua administração que, tanto no aspecto financeiro, como no disciplinar tinha em seus alunos os elementos fundamentais de seu funcionamento. O envolvimento de pessoas ligadas diretamente ao ministro Capanema, como Rodolfo Fuchs na direção da Fundação, o número de escolas, assim como, a quantidade de pessoas assistidas, nos indica como o trabalho assistencial de Levy Miranda teve papel de destaque, não só nas políticas para a infância desvalida, como para o ensino técnico-profissional. Suas unidades podem ser entendidas como espécies de “laboratórios pedagógicos” para este segmento e certamente muitas pesquisas seriam necessárias para conhecer parte destas experiências. O capítulo XI sobre auto-direção escolar, do Regulamento das Escolas Profissionais de 1945 da FACR define que:

Art.200 – Os sistemas de auto-direção, funcionando nas diversas escolas, deverão manter ativo intercâmbio e reunir-se anualmente em sessões de estudo, para melhor realização de suas finalidades.

Neste sentido, nossa pesquisa evidencia como a ETDV é vista pelos diretores da FACR como local onde as principais experiências produtivas e pedagógicas estavam concentradas e tudo indica que nenhuma das outras escolas tivesse uma estrutura física tão ampla como a da ETDV. Junto à estrutura física estavam previstas pela direção, de forma complementar a ela, as normas de ocupação destes espaços.

Sendo a Escola regida de acordo com um sistema de internato, não nos surpreende o fato de que suas atividades fossem planejadas ao longo de todo o dia. Entretanto, alguns elementos da grade de horários da ETDV revelam-se bastante peculiares, mesmo levando-se em consideração um certo padrão para escolas de internato. Não devemos nos esquecer, primeiramente, que ela estava localizada em uma Ilha, em quase completo isolamento do continente e que as visitas aconteciam uma vez ao mês.

De acordo com o Regimento interno de 1962 a organização dos horários escalava minuciosamente todas as atividades para os dias úteis e santificados. Mesmo nos domingos e feriados, os alunos tinham horas determinadas para suas atividades, mantendo-se as obrigações religiosas e cívicas e sendo excluídas somente as atividades de estudo. Durante os sete dias da semana os alunos se levantavam às 5h da manhã com o toque de alvorada e iam dormir com o toque de silêncio. Durante os dias da semana assistiam um total de sete horas de aulas divididas em dois turnos, um de três horas (manhã) e outro de quatro horas (tarde) sem intervalo durante estes expedientes.

. O horário geral dos dias úteis se apresentava assim: 5:00 (toque de alvorada), 5:30 (Educação Física para as séries indicadas pelos horários especiais), 5:45 (Santa Missa para as demais séries), 6:20 (café), 6:45 (recreio), 6:55 (distribuição de alunos), 7:55 (início de aulas), 11:00 (fim do 1º expediente), 11:20 (almoço), 12:00 (recreio), 12:25 (distribuição de alunos), 12:30 (início de aulas), 16:30 (fim do 2º expediente), 16:40 (banho), 17:30 (jantar), 18:10 (recreio), 18:50 (estudo), 19:55 (dormitório), 20:30 (toque de silêncio).

Aos domingos, dias santificados ou feriados as atividades internas dos alunos eram: 5:00 (toque de alvorada), 6:00 (santa missa), 7:00 (café), 7:40 (formatura geral), 8:00 (hasteamento da bandeira e desfile), 9:00 (esportes e recreio), 11:40 (banho), 12:00 (almoço), 14:30 (esportes e recreio), 16:30 (banho), 17:00 (jantar), 18:30 (bênção), 19:30 (dormitório), 20:30 (toque de silêncio).

Com o objetivo de ajudar a manter um controle sobre os alunos, para o bom funcionamento de toda essa estrutura, foi criado na ETDV o Corpo de Monitores. O Regulamento do Corpo de Monitores de 1956 coloca como finalidades principais o autogoverno, estimulando e desenvolvendo entre os alunos a educação moral e cívica, e o conhecimento do verdadeiro sentido da subordinação.

De fato a FACR compunha uma ampla rede e tinha uma estrutura administrativa grande. Esta contava com vários diretores, funcionários e até alunos, no seu trabalho de manutenção. Nossa exposição neste tópico está longe de dar conta desta organização, sendo nosso propósito demonstrar como a ETDV estava inserida neste contexto, ocupando lugar de destaque.

No Regimento da ETDV (1962), que reproduz as finalidades do corpo de monitores, é suprimido o termo subordinação e aparece a expressão princípios que regem a vida democrática. É preciso salientar que foi esta a única vez que vimos a ideia de democracia sendo valorizada na documentação, que se refere sempre aos valores de ordem, hierarquia e fraternidade, por exemplo. A base dos princípios democráticos referia-se à escolha dos monitores feita por meio de eleição entre os alunos, mas que passava por uma avaliação final da direção.

De forma a complementar o corpo de monitores, dadas as especificidades da Marambaia foi criada na ETDV a Polícia Interna¹. Sua especificação consta no Regimento Interno da ETDV de 1962, em seu artigo 61 do capítulo VIII, das outras particularidades do regime escolar:

Artigo 61 – A Escola, considerando as suas condições especiais de localização, experiência, apelo da população adulta e causas outras, proporcionará ao aluno um campo mais vasto para participar na administração escolar, através da associação, que se denomina: Polícia Interna da Ilha da Marambaia.

Parágrafo 1º - Cabe ao referido corpo de alunos:

- a) colaborar na guarda das instalações industriais da Escola;
- b) prestar pequenos serviços de amparo, guarda, obséquios à população da Ilha, bem como aos colegas;
- c) proporcionar aos visitantes toda a assistência durante permanência na Ilha e na Escola, bem como o fornecimento de quaisquer informações ou ajuda precisas;
- d) estar informada da entrada e saída de barcos e pessoal estranho;
- e) assessorar as autoridades administrativas da Escola nos contatos com a população residente nas imediações, anotando as necessidades domésticas de água,

¹ Ver imagem 7 do Regimento Interno da ETDV de (1962).

luz, pequenas providências da Prefeitura da Ilha em favor da tranquilidade pública, etc.

No artigo citado acima observamos uma das grandes particularidades do regime disciplinar da ETDV, que é a existência da PI. Sobre ela, os ex-alunos fizeram depoimentos que contribuíram para nosso entendimento de certas relações de poder dentro da ETDV e do CTDV. Fizemos essa exposição do funcionamento da Escola, a partir de sua documentação, selecionando os trechos que julgamos mais convenientes para o conhecimento do que entendemos como estruturante de sua cultura escolar. Contudo, buscamos entender a cultura escolar em movimento, ou seja, na interação dos vários sujeitos em seu cotidiano e pelos rituais que a Escola produzia. Os rituais não deixaram de ser considerados pela forma como consolidaram suas práticas e valores. Para a entrada nesta discussão utilizamos a história oral como metodologia, especialmente no próximo capítulo.

3.2 Currículo e estrutura

Para esta discussão partimos do que Nóvoa caracteriza como cultura escolar, que abrange desde a história do fazer escolar, práticas e condutas, até os conteúdos. Todos esses aspectos inseridos num contexto histórico que realiza os fins do ensino e produz pessoas, caracterizam o fazer escolar determinando o que ensinar. (NÓVOA, 1995).

Desta maneira, iniciamos nossa argumentação partindo das finalidades da Escola, seus cursos, disciplinas, material didático e dos regulamentos disciplinares que se tornaram imprescindíveis para a análise. Afinal, eles também compõem a cultura da instituição em sua ação educativa, que envolve professores, disciplinas, metodologia de ensino, alunos, gestores e outros.

Valores

Estabelecendo uma comparação entre as finalidades das escolas de pesca, que estão propostas no *Manual do Patrão de Pesca* de 1942, com o regimento interno da ETDV em 1962, notamos a continuidade dos objetivos no que diz respeito à formação profissional

para filhos de pescadores. Formação esta que não pretendia formar intelectuais da pesca e sim “artífices qualificados para suprir as necessidades da indústria nacional de pesca”.

Entretanto o manual é muito mais enfático em relação à missão patriótica deste tipo de ensino. Devemos levar em consideração que este material é bastante extenso, sendo composto pelo conteúdo a ser ministrado em diversas disciplinas. Ainda assim, a parcela dedicada à exposição da doutrina patriótica é muito maior do que a que verificamos no regimento. O manual começa com a educação moral e cívica enaltecendo a Deus, a Pátria, a Virtude, a Inteligência e o Trabalho. Quando trata da História do Brasil vangloria os “descobridores” com sua missão católica e a Revolução de 1930 trazendo novos rumos para a nacionalidade. São lembrados freqüentemente ao longo do manual e importância da ordem e do respeito à hierarquia. Além do hino e do código de honra do pescador brasileiro, o manual apresenta um vasto repertório de conhecimentos marítimos, desde a fauna aquática até as artes da marinharia. Contendo aproximadamente 700 páginas o livro, organizado por Frederico Villar, é um verdadeiro exemplo de culto à nacionalidade no contexto estadonovista. Segundo relato do ex-aluno que nos forneceu esse material, tudo indica que ele foi o principal recurso didático utilizado ao longo de toda a existência da ETDV.

O regimento de 1962 descreve, em seu capítulo I, as finalidades da Escola, segundo as quais a educação deveria estar norteada no mais alto sentido social, a fim de impulsionar a melhoria da comunidade praieira. Também traz o discurso do ministro Gustavo Capanema em 1945 para os alunos e enfatizando suas responsabilidades como trabalhadores e defensores nacionais. No entanto a tônica do discurso como um todo, neste material está mais centrada na exposição de uma Escola que já se encontrava muito mais organizada. Portanto o objeto de exaltação neste contexto é mais a Escola e não seus ideais a serem atingidos.

Dentro das possibilidades de tempo da pesquisa e do material recolhido observamos que o currículo escolar se constituiu em um processo, no qual específicas ideologias e tradições entraram em cena, considerando e selecionando, em determinado contexto histórico, alguns conhecimentos como socialmente válidos e, conseqüentemente, desconsiderando outros conhecimentos por não entendê-los como válidos. Certamente ideologias e tradições tais como a pátria, família, religião, disciplina e trabalho foram

consideradas como conhecimentos válidos em todo o percurso da Escola, e isto ficou impresso em todas as suas concepções e práticas.

Estruturas curriculares

Em relação aos seus cursos, a Antiga Escola da Marambaia apresentou variadas configurações, das quais identificamos algumas principais. Quando ainda era Escola de Pesca Darcy Vargas nos seus dois anos iniciais, ela vinha no processo de formatação do ensino da pesca, não possuindo nenhum curso formalizado. É de 1942 em diante, com a Reforma do Ensino Secundário que a Escola Técnica Darcy Vargas busca-se ter seus cursos mais estruturados. Seu regimento interno de 1962 já demonstra uma organização bastante estruturada e que é desmontada com a LDB de 1963.

Atendendo a demanda da Reforma de 1942 foi elaborado neste ano o *Manual do Patrão de Pesca*, que previa os seguintes cursos para o ensino da pesca:

Primário com duração de 2 anos, preferencialmente nas zonas de pesca marítima, fluvial e lacustre. Abrange várias disciplinas de cultura geral, marinharia, legislação da Pesca, rudimentos de astronomia, piscicultura, noções sobre oceanografia etc.

Seria dada preferência aos filhos de pescadores com idade mínima conveniente (que não foi especificada). Estabeleceu o Plano Nacional de Educação que as escolas deveriam dispor de barcos de pesca, museus, oficinas de carpintaria e mecânica naval, tanques e aquários. Abrigo para as embarcações, fabrico e reparo dos aparelhos de pesca. Além dos professores deveriam ter instrutores de navegação, pesca e piscicultura e mestres para trabalho de marinharia, carpintaria e mecânica.

Médio com duração de 4 anos, nas escolas profissionais (práticas) de pesca, localizadas nas zonas de pesca. O número de disciplinas é mais abrangente, não diferindo muito das principais disciplinas do primário a não ser pelo nível de aprofundamento.

Superior com duração de 3 anos, na Escola de Pesca do Instituto de Oceanografia da Universidade do Brasil, dispondo de navios-escola, aquários, laboratórios, museu etc. Destinado a formar “Técnicos Industriais de Pesca”.

O relato do ex-aluno Eugênio Anízio dos Santos sobre a sua formação como artífice parece corresponder ao que está proposto no manual para o curso primário com duração de 2 anos. Eugênio cursou, em 1943 e 1944, o primário e recebeu seu diploma em dezembro

1944. Entretanto, Eugênio se lembra que chegou em 1942, ficando a dúvida em relação a um ano de sua permanência na Escola.

Não podemos afirmar que a divisão dos cursos tenha sido implementada na Escola conforme o proposto pelo manual, pois este foi elaborado genericamente para todas as escolas de pesca que surgissem. Sendo assim, a ETDV possivelmente adaptou a orientação às suas necessidades. Segundo seu Eugênio e também como vimos nos relatórios, muitos alunos chegavam sem estarem alfabetizados.

O Relatório de 1947 da FACR não especifica suas séries, mas observando os números relativos à sua administração, entendemos que a Escola funcionava, neste momento, com a aprendizagem profissional composta por 4 séries primárias e 3 séries industriais, o que difere do exposto acima no manual.

O Regimento Interno da ETDV de 1962 nos apresentou os seguintes cursos:

Educação Primária: Duração de 4 anos e mais 1 ano de curso pré-industrial de pesca. Todo o ensino desde a alfabetização correlacionado com o meio marinho-pesqueiro.

Educação Industrial: Composta de cursos ordinários e extraordinários.

Cursos ordinários (2 ciclos):

Aprendizagem industrial de pesca (composto por duas séries 1ª e 2ª)

Para jovens de 14 anos dotados de instrução elementar, que poderão obter profissões qualificadas (pescadores e artífices). Emissão de certificado ou “carta de ofício” dava a condição de pescador qualificado (artífice).

Industrial básico de pesca (características de curso secundário do 1º ciclo). Orientação técnico-marinheiro-pesqueira com 4 anos de duração. Podia ser freqüentado por concluintes do curso de aprendizagem industrial de pesca. Compreendia matérias de cultura geral, cultura técnica, prática de oficina e práticas educativas (educação física e religiosa). As práticas de aprendizagem eram de 10 a 20 horas semanais. O aluno recebia certificado de conclusão do 1º ciclo industrial.

Os cursos extraordinários tinham 4 modalidades: qualificação, aperfeiçoamento, especialização e divulgação.

Cursos industriais técnicos de pesca (3 séries): Podiam ser freqüentados por concluintes do curso básico ou do primeiro ciclo de qualquer dos ramos de ensino médio.

Compreendia matérias de cultura geral, cultura técnica e ramos das ciências marinheiro-pesqueiras. A educação religiosa em seus cursos se dava em caráter obrigatório e ao aluno de qualquer curso industrial de pesca que completasse 16 anos de idade era fornecida a caderneta de pescador, extraída do Ministério da Marinha, documento que o isentava do Serviço Militar, visto que era considerado como reservista naval.

Com a LDB de 1963 ficou extinto o ensino industrial e a partir de 1965, mediante convênio com o Estado, o Colégio Técnico Darcy Vargas, através da direção da Divisão de Ensino do Curso Ginásial, exercido pelo professor Adaury Alheiros, passou a ter seu currículo composto pelas seguintes disciplinas: Matemática, Português, História, Geografia, Ciências, Desenho e Inglês. Além de artes aplicadas, também eram lecionadas as seguintes práticas educativas: Educação Física, Canto Orfeônico e Religião.

Dimensão Espacial

Entendemos que a dimensão física e a estrutura arquitetônica também sejam importantes para conhecermos o funcionamento da Escola, visto que seus espaços materializaram valores e preocupações dos formuladores da Escola, constituindo a sua cultura escolar e sugerindo questões interessantes sobre a dinâmica das relações de poder e da participação da comunidade envolvente (NÓVOA, 1995).

Neste sentido o Regimento Interno de 1962 nos fornece informações detalhadas sobre suas instalações, das quais faremos alguns apontamentos.

Os conjuntos de edifícios da Escola estavam divididos nos seguintes setores: Departamento Educacional, Bairro Industrial, Bairro Residencial².

No Departamento Educacional estavam os quatro dormitórios com capacidade para 250 alunos, cada um, eles eram equipados com camas do tipo “beliche”, presas na parede, idênticas às dos navios de pesca³. O uso destas visava ambientar o aluno com futuras acomodações no mar. O refeitório de 40 metros de comprimento por 10 de largura com copa e cozinha. Biblioteca, salão de leitura, bazar escolar, sala de jogos de salão, bilhar, barbearia, sala da banda de música, gabinetes do prefeito e inspetores de disciplina.

² As imagens do Regimento Interno de 1962 estão anexadas na parte final da dissertação. Ver imagens dos números de 2 a 6.

³ Ver imagem 9 do Regimento Interno da ETDV (1962).

Circundando os prédios estavam a Igreja, salão de radiotelegrafia, grupo escolar para filhos de moradores da Ilha (com capacidade para 200 alunos), residência das religiosas, hospital, lavanderia, padaria, almoxarifado etc. A Divisão de Ensino ficava a uns 200 metros em dois prédios, onde funcionavam: gabinete do diretor, secretaria, gabinete do diretor da Divisão de Ensino, salão de professoras, salão de professores, cinema escolar e teatro (com poltronas para 500 alunos), auditório, sala de marinharia, museu escolar, 12 salas ambientes para aulas, tanques para criação artificial de peixes e serviço médico e dentário exclusivo para os alunos. Na Divisão de Ensino também estava o prédio de apartamentos para funcionários solteiros da Escola. Os casados possuíam casas residenciais numa avenida que margeava a praia estava protegida das águas por muralha de concreto armado.

As instalações do Bairro Industrial consistiam em: casa das redes, fábrica de conservas (sardinhas, atuns etc.), salão de corte e salga de cações, salão de secagem e empacotamento de pescado seco, indústria de pescado congelado, fábrica de gelo, frigorífico, fábrica de farinha de peixe, laboratório para extração de óleo de fígado de cações, usina eletrógena, estaleiros navais e embarcações.

No Bairro Residencial estavam situadas 85 casas, ao longo da praia, para funcionários administrativos, artífices e pescadores. Todas dispunham de luz elétrica, água encanada, e esgoto. Seu traçado era semelhante a um pequeno centro urbano contando com açougue, armazém, correio, restaurante, parque infantil e praça de esportes. Vale destacar que a escola possuía um posto meteorológico modernamente equipado, criação de animais, cultivo da terra, exploração de madeira, extração de pedra para britagem e fabrico de tijolos.

Primeiramente, é preciso considerar a própria apresentação dos espaços no regimento interno. O material é rico em fotos dos espaços, sempre com a presença de alunos trabalhando ou estudando, ocupando simetricamente os enquadramentos da imagem e apresentando uma postura exemplar. A imagem da capa é bastante significativa, tendo dois alunos (jovem e criança), uniformizados como marinheiros, em posição de sentido, tendo ao fundo a cruz de Cristo e o mar. Toda essa apresentação fazia parte de uma estratégia de exaltação da obra, muito comum em quase toda documentação da Fundação que encontramos. Assim como o regimento, a disposição dos principais setores demonstra

como se materializaram valores cristãos, de ordem, hierarquia, racionalidade, trabalho e civismo, em toda a sua organização, merecendo destaque alguns aspectos⁴.

Chamamos atenção, para alguns deles especialmente, como para a divisão entre sala de professores e professoras, assim como a distinção entre casas para casados e apartamentos para solteiros. No primeiro caso não dispomos de nenhum depoimento ou outra fonte complementar que possa nos ajudar a pensar sobre essa separação. Porém, sobre as casas, sabemos que muitos ex-alunos e ex-funcionários constituíram família na Escola, possivelmente, elas serviram como estímulo para as uniões. O Bairro Residencial trouxe para a Ilha serviços que a comunidade não dispunha antes da chegada da Escola, e a quantidade de trabalho oferecida com todas as atividades que listamos, também foi muito grande. O Bairro Industrial estava baseado na divisão social do trabalho característica da indústria de pesca, a qual a hierarquização se expressava basicamente em atividades com menor ou maior utilização de conhecimentos técnico-profissionais.

Perfil dos Alunos

No regimento citado acima é definido, também, que as escolas profissionais são voltadas para menores necessitados de amparo, com idade entre 12 e 15 anos, mas que no caso da ETDV o aluno deverá provar ser filho de pescador, além disso, a primeira preferência das matrículas era dada aos órfãos, excetuando -se na ETDV. Quando perguntei ao Seu Vitorino se ele conheceu a Escola de Pesca, ele lembrou que:

Eu tive lá umas 4 vezes. Pô a escola lá tinha tudo, Marambaia era fora de sério lá tinha uma média de mil e poucos menino, que vinha do Norte. É porque Marambaia pegava mais catarinense, maranhense que gostava mais do pescado e cearense e aqui nessa parte nossa aqui já pegava mais menino de Goiás, Belém do Pará, sempre vinha menino pra aqui, e tinha lá embaixo que sempre o seu Levy Miranda tinha um pessoal que ficava catando os menino que ficava jogado na rua e jogava aqui pra escola, trazia de noite aqui pra escola e às vezes a mãe nem sabia direito onde que estava, depois que descobria aqui, se não tivesse registro registrava, e os menino daí de baixo eram distribuído ia um bocado pra cá, pra cidade dos menino e Sacra família. Então a gente aqui procurava trabalhá com os menino explicando, orientando, explicando faze as coisa, porque os menino aqui fazia tudo, os menino aqui tinha que varre tinha que limpá de acordo com o que a gente podia faze. (sic)

⁴ Ver imagem 1 do Regimento Interno da ETDV (1962)

Neste e em outros depoimentos a Escola de Pesca é representada como um diferencial dentro da rede assistencial da FACR. Para lá, segundo grande parte dos entrevistados, ia o “pessoal melhor”. Enquanto para as outras unidades iam menores órfãos e recolhidos na cidade, para a Marambaia eram selecionados filhos de pescadores de vários Estados. Esta diferenciação estava relacionada com o projeto de valorização do pescador brasileiro que estava em curso desde o início do século.

No relatório de 1941, também já a vemos caracterizada como “Orgulho Nacional”. Este orgulho estava baseado na missão da Escola que era criar um novo advento para a pesca, tornando-a menos primitiva com o aperfeiçoamento técnico e aparelhamento mais eficaz. Buscou-se criar um educandário que fosse ao mesmo tempo escola e vila, onde os filhos se educassem em meio higienizado, com assistência médica, e trabalho honestamente remunerado. Tudo isso, sob um ambiente de sã moral e dignidade cristã. Em outro tópico deste mesmo relatório, a Escola é enfatizada como “Órgão de Estudo”:

Além dessas pesquisas de ordem pedagógica, que são praticadas em nossos educandários, pois neles domina um espírito de alta compreensão técnica que é a orientação científica de um educador de alma, como o seja o Dr. Rodolfo Fuchs, realizaram-se estudos na Escola Técnica Darcy Vargas da maior relevância médica e patriótica. (Relatório ACR-1941)

Um desses estudos referia-se às propriedades do óleo de fígado de cação, rico em vitaminas D, A e E. O Dr. Humberto Cardoso do Instituto Oswaldo Cruz teria sido convocado para aperfeiçoamento desses estudos, dando origem à instalação de um laboratório na Escola.

*

A ETDV se constituiu como um espaço de experiências produtivas e pedagógicas dentro da FACR, sendo exemplos neste sentido, as criações do Corpo de Monitores e da PI. Os estudos ligados à atividade pesqueira também eram fundamentais, tendo em vista que os recursos gerados com a pesca compunham importante parcela da receita da Fundação. Suas diretrizes eram definidas pela FACR e valorizavam os ideais de pátria, religião, disciplina e trabalho. Seus cursos visavam formar artífices de pesca, mas a partir do convênio com o Estado do Rio de Janeiro em 1965, o curso ginásial do CTDV passou a focar na formação acadêmica.

Anexo II: cronologia da Antiga Escola da Marambaia

A escolha deste objeto se deu a partir da produção dos laudos antropológicos sobre a Ilha da Marambaia, coordenado pelo antropólogo José Maurício Arruti, que também é o orientador desta pesquisa. Em seu trabalho de campo foram realizadas entrevistas com antigos moradores da Ilha que se referiram diversas vezes à Escola de Pesca que existiu naquela comunidade. A importância que eles atribuíram ao período da Escola, assim como os primeiros levantamentos bibliográficos feitos por Arruti, indicavam que se tratava de uma grande experiência do ensino industrial de pesca e que a mesma ainda não havia sido objeto de um estudo mais sistematizado. Desta forma, começou nosso investimento no estudo da Escola Técnica Darcy Vargas.

A referência bibliográfica mais importante até aquele momento, que falava especificamente da FACR, de seu fundador e conseqüentemente da Marambaia com o ensino da pesca, era o livro de Pondé. Nele já era demonstrado que a ETDV havia passado por dois momentos principais de gestão, que a caracterizariam como duas escolas diferentes, inicialmente como escola de pesca e depois como colégio estadual. Isto nos fez pensar que nosso recorte deveria se restringir ao primeiro momento, pois nosso foco era o ensino industrial da pesca para pescadores tradicionais. Entretanto, quando localizamos ex-alunos do período referente ao colégio estadual, percebemos que seria conveniente abordar todo o percurso da Escola até sua extinção total. O primeiro fator que nos levou a essa decisão foi o vínculo mantido entre a estrutura administrativa da FACR em forma de convênio com a administração do Estado do Rio de Janeiro e o segundo foram os depoimentos dos ex-alunos do Colégio Técnico Darcy Vargas, alguns remanescentes da Escola Técnica Darcy Vargas, a partir dos quais surgiram novos elementos sobre a transição destes períodos e que serão abordados no capítulo 4. Agora, apresentaremos um quadro do desenvolvimento geral da Escola, enfocando suas mudanças estruturais mais importantes. Para esta tarefa utilizamos como referência básica o livro de Jaime Pondé em paralelo com a documentação da Fundação e da Escola. Percebemos, comparando estes materiais, que a narrativa cronológica de Pondé é bastante verossímil, exigindo maior cuidado de nossa atenção os trechos em que ele emite juízos de valor sobre seus contemporâneos.

O primeiro nome da Escola foi Escola de Pesca Darcy Vargas, utilizado apenas nos seus dois anos iniciais. Sua construção teve início em 1939 e em 1940 já possuía seu primeiro barco de pesca sendo inaugurada a escola primária. Em 1941, suas obras estavam concluídas e em 1942, por conta da reforma do ensino secundário do ministério de Gustavo Capanema, lhe é conferido o caráter de escola federal, sendo assim elevada ao grau de escola técnica. Daí em diante ela se chama Escola Técnica Darcy Vargas, com o ensino passando a ser regularmente ministrado, pois muitos não eram alfabetizados quando chegaram à Escola. Passou a ser do tipo industrial, com currículo de quatro anos, e incluída na organização do ensino técnico-profissional do Ministério da Educação e Saúde Pública. De acordo com a documentação pesquisada, em 1965, é estabelecido um convênio com o Estado do Rio de Janeiro e a Escola deixa de ser industrial, passando a se chamar Colégio Técnico Darcy Vargas. No livro de Jaime Pondé, de forma equivocada, consta o nome Colégio Estadual Darcy Vargas.

Com o objetivo de apresentar, de forma mais clara, e aprofundar os principais eventos que marcaram a evolução da Escola, passaremos a apresentá-los no formato de uma cronologia:

1939 – Início do processo de construção da Escola.

1940 - Foi construída a escola primária inaugurada em 28 de março, com a presença do interventor do Estado do Rio de Janeiro, o comandante Ernani do Amaral Peixoto. O primeiro barco é registrado no mês de maio com o nome de Almirante Guilhem. Em 22 de junho é lançada a Pedra Fundamental da nova capela de Nossa Senhora das Dores, cerimônia na qual estiveram presentes o Presidente da República e a primeira dama. Em outubro, é lançado ao mar o primeiro barco de pesca da Escola, a traineira Almirante Guilhem.

1942 - A ETDV conta com 242 alunos, dos quais 167 faziam o curso primário e 75 o profissional, o setor de horticultura colheu três toneladas de legumes.

1943 - No aprendizado, os alunos já estavam trabalhando em diversos setores industriais. Sardinhas em azeite e tomate, prensadas e filé de cação eram os produtos da fábrica de conserva. A pesca do cação foi sendo incrementada e os seus produtos abasteciam outros estabelecimentos do Abrigo, sendo que grande parte do pescado era posto no mercado. O cação, empregado como substituto do bacalhau, era cortado em fatias

e submetido ao processo de conservação. Seu óleo, rico em vitaminas A e D era usado na indústria farmacêutica, constituindo uma das mais produtivas indústrias da instituição.

1944 - Começou a pesca em alto mar. Este tipo de pesca era o término da formação profissional e seu adestramento exigia de seis a oito horas de trabalho. Estas atividades proporcionaram grandes recursos para a obra assistencial. As guarnições de pescadores dos barcos foram substituídas, pela primeira vez, por alunos em término de curso (4º série). Houve intensificação na aprendizagem da fábrica de redes. No final do mesmo ano, em cerimônia presidida pelo Presidente da República, diplomou-se a primeira turma composta por 23 alunos. Estiveram presentes também os Ministros da Marinha e Educação e os alunos receberam diplomas do término do curso e de reservistas navais.⁵

1947 - Início da construção da Escola Profissional de Marinha Mercante. (FACR, 1947. p.1)

1951- Naufrágio, com mortes, do iate Presidente Vargas após forte tempestade. No mês seguinte Vargas concede, através do Ministério da Educação, a quantia de Cr\$ 3milhões para a substituição do barco. Levy Miranda, buscando a modernização dos métodos de pesca, resolveu adquirir o barco no exterior.

1952 – Em 24 de junho, chegou o barco substituto munido de radar que denunciava a aproximação de cardumes. Possuía frigorífico, que propiciava a captura de algumas toneladas de pescado em poucas horas e suas redes eram lançadas por guinchos. Também atingia boa velocidade fazendo a viagem do litoral do Nordeste ao Rio em 30 horas. O novo barco Presidente Vargas, construído na Alemanha, foi conduzido ao Rio de Janeiro por uma tripulação que contava com alunos diplomados na escola.

1953 - Chegou-se a cogitar a possibilidade de nossos pescadores atuarem na pesca do bacalhau e de o Brasil construir seus barcos em portos portugueses, mas nossas autoridades não demonstraram interesse.

1954 - Foi enviada à Europa, em 17 de fevereiro, uma comitiva que trouxe da Holanda os barcos nomeados Redentor I e Redentor II. Também foram feitos reparos no Presidente Vargas e técnicos espanhóis ficaram na Fundação, que chegou a ter seis barcos de pesca, que constituíam a mais moderna frota nacional.

⁵ Ver imagem 8 do Regimento Interno da ETDV (1962)

1955 - Término da construção, autorizada pelo governo, de um novo porto para atracação simultânea na Praça XV de Novembro. Foi muito bem recebido por todas as empresas de pesca que necessitavam deste suporte. A Praça XV era um importante ponto de distribuição do pescado da Escola.

1958 - A diretoria resolveu se desfazer dos barcos mais antigos e dispensar a tripulação dos mesmos, a fim de eliminar despesas. Foram vendidos o Presidente Vargas, o Redentor I e o Redentor II.

1959 – Apesar da crise econômica, os três barcos restantes ainda possibilitaram boa renda, ajudando a Fundação. O país enfrentava uma inflação no preço dos alimentos, e de acordo com o relatório daquele ano muitas instituições assistenciais passavam por dificuldades. Entretanto, o relatório também ressalta o apoio do governo de Juscelino Kubitschek.

1962 - Afastamento de Levy Miranda que sofria do mal de Parkinson.

1964 – De acordo com a carta aos conselheiros escrita pelo superintendente Rodolfo Fuchs, na introdução do relatório daquele ano, as perspectivas sombrias que cercaram a instituição desfizeram –se como toque de magia. Atribui, em certa medida, à Revolução esse milagre e toma medidas para tornar a Fundação mais econômica como, por exemplo, dispensando funcionários. Neste ano já havia sido proposta a entrega da ETDV à Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, mas que deixou de realizar-se devido o afastamento de Moreira de Souza, comandante daquela autarquia. Rodolfo Fuchs considera como trabalho mais importante no ano a iniciativa do professor José Luiz Campos do Amaral Neto, que atraiu a ajuda do Estado do Rio de Janeiro para os internatos da Fundação. Foi estabelecido convênio pelo qual os educandários foram incorporados à rede fluminense de escolas típicas rurais. Idêntica providência já estava sendo tomada, em relação a ETDV, cujo curso industrial básico foi extinto pela Lei de Diretrizes e Bases de 1963. O caminho apontado para sua sobrevivência seria adaptá-la ao diploma legal, transformando-a em Ginásio Industrial.

1965 – A pesca de alto mar já estava praticamente extinta por motivos de ordem financeira e foram vendidos os barcos Redentores IV⁶ e V, mas ainda existia a pesca costeira de traineiras que era pouco rendosa, mas servia ao ensino prático dos alunos.

⁶ Ver imagem 10 do Regimento Interno da ETDV (1962).

Contudo, não estava sendo fácil manter um quadro de professores nesta escola pelo fato dela estar situada fora do continente. Em 23 de março, foi estabelecido convênio com o Estado do Rio para instalação do Ginásio Industrial. A Escola não podia mais ministrar o curso industrial básico de pesca tendo direito apenas à existência de escolas de aprendizagem e cursos artesanais. Participaram deste acordo, o secretário de educação Luiz de Araújo Braz, o diretor do ensino médio Paulo do Couto Pfeil e o governador do Estado Marechal Paulo Torres. Rodolfo Fuchs destaca que a Fundação, que só tinha atraído um professorado modesto para a Ilha da Marambaia, não teria condições para transformar a sua escola industrial em curso ginásial. Portanto, coube ao Estado do Rio a indicação e o pagamento do professorado, além da administração do ginásio industrial. Para a Fundação ficou a manutenção de 70 alunos no seu internato, e ainda, o fornecimento de moradia para os professores com gratificação de Cr\$50.000 por mês. Também foi estabelecido com a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), um entendimento relativo ao aproveitamento das instalações industriais da ETDV. Este convênio estabeleceu que ficaria arrendada a Companhia as instalações industriais, por um prazo de 4 anos. Caberia à Fundação, o fornecimento de energia elétrica e transporte marítimo. A Cibrazem obrigou-se a aproveitar os funcionários da Fundação para as suas atividades. Rodolfo Fuchs finaliza sua carta aos Conselheiros em 1965 lamentando profundamente a ausência de Levy Miranda, devido o seu precário estado de saúde, que com seu pensamento iluminado e acento apostólico conseguiria angariar benefícios para a assistência social.

1970 – Após estudos presididos pela provedora Margarida Oliveira de Araújo, verificou-se que o convênio com o Estado era improdutivo, mesmo com o número limitado de 170 alunos. A Escola não produzia mais, pois estava extinto seu Departamento de Pesca e o balanço de 1969 apresentava um déficit de Cr\$ 400.000,00. Este déficit se deu por conta do oneroso tráfego marítimo para viagens dos professores, alunos, famílias, empregados, bem como os gastos de conservação, administração e salários. Foi oferecido ao Estado um pacto de comodato, a título gratuito para tomar conta da Escola. O Estado não se interessou e o contrato foi denunciado. Neste mesmo ano, em 6 de maio, encaminhou-se ao Presidente da República a pretensão de devolução da Ilha à Marinha de Guerra.

1971 – Em 12 de fevereiro, a Ilha da Marambaia retornou à Marinha, conforme o decreto presidencial que indenizou os bens deixados pela Fundação e ficou com os encargos trabalhistas dos funcionários.